

Atuação das religiões evangélicas e do discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil

Léo Carrer Nogueira¹
Tathiana Salgado²

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v16i46.69150>

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre como o discurso religioso de matriz evangélica articulou-se nas eleições de 2018, conseguindo mobilizar um sentimento conservador difuso, existente na sociedade brasileira, para a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Desde 2013, o Brasil vinha sofrendo com um cenário de profunda desolação política, econômica e social, o que gerou um sentimento de descrença quanto aos partidos políticos tradicionais, em especial a respeito da esquerda e do Partido dos Trabalhadores (PT), acusados, reiteradamente, de envolvimento em esquemas de corrupção. Nossa principal tese é que, a partir desse contexto, a ala conservadora inicia um discurso de restauração da ordem no país com a eleição de um candidato considerado como representante da “moral e dos bons costumes”, alicerçado em um forte discurso religioso. Para realizar esta análise, foi utilizado como teoria metodológica a ideia de campo *religioso e político de Bourdieu (2013)*, e como fonte recortes de jornais e notícias da época da eleição, assim como fontes bibliográficas sobre o conceito de conservadorismo e a história da atuação dos parlamentares evangélicos e conservadores no Brasil.

Palavras-Chave: Conservadorismo; Religião evangélica; Política; Eleições.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2017). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação em História da UEG, Campus Morrinhos. E-mail: leo.carrer@gmail.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Porangatu e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEG, Campus Cora Coralina. E-mail: tathiana.salgado@ueg.br.

The role of evangelical religions and conservative discourse in the 2018 presidential elections in Brazil

Abstract: Our objective is to analyze how the evangelical religious discourse was articulated in the 2018 elections, mobilizing a diffuse conservative feeling, existing in Brazilian society, for the election of Jair Messias Bolsonaro. Since 2013, Brazil had been immersed in a scenario of deep political, economic, and social desolation, generating a feeling of disbelief in the traditional political parties, especially the left and the Workers' Parties (PT), repeatedly accused of involvement in corruption schemes. Our main thesis is that, within this context, the political conservative wing begins a discourse of restoration of order in the country with the election of a candidate considered as representative of "morality and good customs", based on a strong religious discourse. In this analysis, we use Bourdieu's (2013) methodological theory of the religious and political field, and as a source newspaper clippings and news from the time of the election, as well as bibliographic sources on the concept of conservatism and the history of the performance of evangelical and conservative parliamentarians in our country.

Keywords: Conservatism; Evangelical religion; Politics; Elections.

Actuación de las religiones evangélicas y el discurso conservador en las elecciones presidenciales de 2018 en Brasil

Resumen: nuestro objetivo fue analizar cómo se articuló el discurso religioso evangélico en las elecciones de 2018, movilizándolo un sentimiento conservador difuso, existente en la sociedad brasileña, para la elección de Jair Messias Bolsonaro. Desde 2013, Brasil vive un escenario de desolación política, económica y social, generando un sentimiento de incredulidad en relación a los partidos políticos tradicionales, especialmente la izquierda y el Partido de los Trabajadores (PT), acusados de corrupción. Nuestra tesis es que, en este contexto, los conservadores inician un discurso de restauración del orden en el país con la elección de un candidato considerado representante de "la moral y las buenas costumbres", basado en un fuerte discurso religioso. En este análisis utilizamos la teoría metodológica del campo religioso y político de Bourdieu (2013), y como fuente recortes de periódicos y noticias del período electoral, así como fuentes bibliográficas sobre el concepto de conservadurismo y la historia de actuación de los parlamentarios evangélicos y conservadores en Brasil.

Palabras clave: Conservadurismo; Religión evangélica; Política; Elecciones.

Recebido 01/09/2023 – Aprovado 11/09/2023

Introdução

As relações entre religião e política sempre existiram ao longo da história. Durante o Brasil colonial, por exemplo, a união entre Igreja Católica Romana e o estado português se deu pela instituição do Padroado em 1551, por meio do qual a Santa Sé outorgava ao rei de Portugal o papel de defender os interesses da Igreja no além-mar. A Igreja Católica ficava com o monopólio do exercício religioso no Brasil, exercido e oficializado por meio do próprio estado português em terras brasileiras (Reimer, 2013).

Na modernidade, caracterizada pela pluralização dos elementos religiosos, as relações entre religião e política continuam a ocorrer, agora em outros termos. Determinados grupos religiosos têm tentado, nos últimos anos, aproximar-se cada vez mais do campo político, sejam eles grupos majoritários ou minoritários. No Brasil, o mais notório é o fenômeno da chamada “bancada evangélica”, hoje representada pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que reúne parlamentares constituídos por membros de diversas denominações evangélicas que buscam pautar a agenda política por aquilo que é pregado em suas igrejas.³

No caso específico em questão, as tensões e conflitos se estabelecem a partir do momento que esses parlamentares acabam utilizando-se de sua posição política para emplacar leis que reflitam as demandas específicas de sua parcela religiosa, e que não condizem, algumas vezes, com necessidades da sociedade em geral.⁴ Todavia, não são apenas esses personagens que se aventuram na política. Membros de outras determinações religiosas minoritárias também tem tentado utilizar-se da fama como líderes religiosos para ocupar espaços políticos. É o caso do espiritismo e das religiões afro-brasileiras que tem, ao longo de sua história, grandes personagens que acabaram ingressando na vida pública como políticos.⁵

³ O termo “bancada evangélica”, segundo Pierucci & Prandi (1996), surge em 1987, durante a instituição da Assembleia Nacional Constituinte, quando um grupo de parlamentares eleitos, das mais diversas denominações evangélicas e protestantes, passam a agir em conjunto para levar elementos de suas crenças ao âmbito político. Atualmente a bancada integra uma frente mais ampla, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que segundo Fábio Py (2020, p.12), “congrega a bancada evangélica mais políticos que apresentam conexões com seus temas”, sendo, portanto, mais ampla do que a bancada em si.

⁴ É o caso, por exemplo, das leis antiaborto, que, desde a constituinte de 1988, vem sendo debatidas de forma ferrenha pela bancada evangélica. Consultar Souza (2018).

⁵ Como exemplo de líderes políticos umbandistas que ingressaram na vida política, temos os casos de Átila Nunes, eleito para três mandatos de deputado federal, pelo Rio de Janeiro, entre os anos de 1958 até sua morte em 1968. Seu filho, Átila Nunes Jr. seguiu seus passos, sendo eleito, aos 20 anos de idade, para o cargo de deputado federal. No Rio Grande do Sul, tivemos o caso de Moab Caldas, eleito, em 1958, como deputado até ser cassado em 1968. Mais detalhes ver Brown (1985).

Tudo isso reflete a forma como os campos político e religioso estruturaram-se no Brasil. Especialmente, este último tem se tornado cada vez mais detentor de um discurso, de certa forma, predominante no país e que encontra eco em várias parcelas da sociedade, até mesmo não religiosas. A defesa de determinadas pautas, que vão contra seus ideais religiosos, torna-se bandeira de luta para além da própria religião e acaba adentrando os espaços políticos.

Nos últimos anos, os governos têm dado cada vez mais abertura para personagens religiosos emplacarem a discussão de determinadas pautas, a partir de suas visões religiosas. Isso quando não são os próprios líderes religiosos que se elegem e passam a utilizar-se do campo político para defender tais pautas. O peso do voto religioso, especialmente de uma parcela da população brasileira que se identifica como evangélica, tem sido cada vez mais crucial nas eleições, a ponto de vermos políticos em períodos eleitorais abraçando e defendendo determinadas pautas caras a esse público.

Utilizaremos como teoria metodológica as noções de Bourdieu (2013, p. 33) para delimitar o que entendemos como campo religioso e campo político (ou de poder). Bourdieu relaciona a ideia de campo religioso com a “imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo”, cujas principais características podem ser definidas como a racionalização e a moralização das necessidades religiosas, advindas da urbanização e do desenvolvimento da divisão do trabalho, o que teria contribuído para o surgimento de um “corpo de especialistas incumbidos da gestão dos bens de salvação”. Esta burocratização dos bens religiosos possibilitaria uma divisão entre o corpo de especialistas, detentores e responsáveis pelos bens religiosos, e os leigos, aqueles que são “destituídos de capital religioso” (Bourdieu, 2013, p. 39).

Consequentemente, o campo religioso constitui-se como um campo autônomo, mas que assume uma função ideológica de “reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe” (Bourdieu, 2013, p. 46). A religião cumpriria, assim, uma função social de justificar a existência de um grupo em uma determinada posição social, assumindo assim as relações entre o campo religioso e social (Bourdieu, 2013, p. 48). Da mesma forma, a manutenção da ordem simbólica, executada pelo campo religioso, “contribui diretamente para a manutenção da ordem política” (Bourdieu, 2013, p. 69). Os momentos de crise no campo político ou econômico, por exemplo, favorecem o surgimento dos discursos proféticos ou messiânicos, sejam de sociedades inteiras, sejam apenas de alguns grupos, como foi o caso da eleição de Bolsonaro em 2018 (Bourdieu, 2013, p. 74).

Neste artigo⁶, pretendemos apresentar reflexões acerca da relação entre os campos religioso e político a partir das eleições presidenciais de 2018, no Brasil. Tal relação ficou nítida com as estratégias de campanha do candidato Jair Bolsonaro, que se elegeu utilizando-se de um discurso religioso conservador. A adesão à candidatura de Bolsonaro deu-se maciçamente pela ala religiosa evangélica, mas conseguiu furar esta bolha, sendo abraçada por outros segmentos religiosos brasileiros. O objetivo do nosso artigo foi discutir este fenômeno e como Jair Bolsonaro conseguiu operacionalizar um sentimento conservador difuso e latente existente na sociedade brasileira para se eleger.

Para apresentar este estudo, o artigo divide-se em duas partes. Na primeira parte, descrevemos uma análise histórico-conceitual do conservadorismo, do anticomunismo e das acusações de “marxismo cultural” que emergiram dos últimos anos. Na segunda parte, discorremos sobre o histórico da atuação de parlamentares evangélicos no Brasil e o papel desempenhado pelo discurso evangélico na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Utilizamos, na análise de dados, fontes bibliográficas e recortes de jornais da época da eleição.

Conservadorismo, anticomunismo e marxismo cultural

Antes de adentrar nas discussões sobre religiosidade, precisamos definir como essas estão imbuídas de um sentimento conservador. Portanto, é preciso verificar do que se trata esse conservadorismo, para só então individualizar sua relação com determinadas práticas religiosas.

Inicialmente, convém destacar a relação histórica entre religião, política e tradição. No Ocidente, por exemplo, a instituição católico-romana esteve na base fundacional dos Estados europeus e forneceu-lhes muitas das tradições e símbolos que serviriam de base para a construção de um sentimento nacionalista. A construção das nações europeias, portanto, dificilmente teria sido tão efetiva se não tivesse a seu dispor um sentimento religioso comum entre sua população.

A partir da constituição do campo religioso, como definido por Bourdieu (2013), estrutura-se um sistema de práticas e crenças religiosas, que conferem a um determinado conjunto de elementos religiosos a alcunha de “tradição”. O conceito de tradição é extremamente importante para o pensamento conservador, e por isso ele está tão ligado ao sentimento religioso. Afinal, nada melhor do que uma religião para produzir tradições de forma efetiva. Por tradição, Roger Scruton (2015, p. 84) entende “todo tipo

⁶ Este texto apresenta resultados do projeto de pesquisa “Relações entre religião e política no Brasil: a inserção religiosa no campo político e a constituição de identidades político-religiosas”, sob coordenação do prof. Dr. Léo Carrer Nogueira. Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás (UEG) pelo financiamento da pesquisa.

de costume, cerimônia e participação na vida institucional, em que tudo é feito não mecanicamente, mas por uma razão; e a razão não está naquilo que ainda acontecerá, mas no que já aconteceu”.

A tradição, por conseguinte, trata-se da rememoração de um passado glorioso que mantém laços com a atualidade, mesmo que tenham ocorrido em contextos históricos totalmente diferentes. Há, na busca por essas tradições, uma espécie de desejo de volta ao passado por entender que os valores, pensamentos e formas de vida dos tempos remotos eram melhores do que aqueles hodiernos.

As tradições que os conservadores defendem têm a relevância de uma história bem-sucedida – o que quer dizer que elas são o resto palpável de algo que prosperou e não o fato mais recente numa série de começos ineficazes. Elas atraem a lealdade de seus participantes, no sentido profundo de moldar sua ideia a respeito do que são e do que deveriam ser (SCRUTON, 2015, p. 90).

É por meio desse apego a uma história que se considera bem-sucedida que as tradições procuram “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 1997, p. 9). Para Hobsbawm (1997), no entanto, a tradição não deve ser confundida com os “costumes” das sociedades tradicionais, nem com os meros hábitos, estes mais ligados a ações técnicas de repetição. Isso porque a característica primordial das tradições é a invariabilidade, enquanto os costumes podem sofrer determinadas inovações sempre que for conveniente.

No entanto, um dos paradoxos deste pensamento religioso conservador é que, em determinados momentos, a religião histórica pode afastar-se bastante do conteúdo original da mensagem. Isto acontece, porque, o campo religioso está profundamente relacionado com o campo social. Assim, “em cada formação social e em cada época, toda a visão do mundo e todos os dogmas cristãos dependem das condições sociais características dos diferentes grupos ou classes” (BOUDIEU, 2013, p. 52).

Conseqüentemente, apesar de manter essa ligação com o passado por meio das tradições, o conservadorismo está longe de ser apenas uma corrente que defenda o retorno ao passado. Trata-se muito mais de uma defesa do presente e de determinados elementos do passado nele conservados. O conservador seria, portanto, avesso às mudanças que possam afetar seus valores e seu modo de vida, alguns deles ligados a elementos do passado, como a religião e as tradições (Trigueiro, 2015), mas apenas uma parte destas tradições, aquelas que fazem mais sentido segundo as condições sociais da

classe a que pertencem. Essa necessidade de conservar, portanto, não está ligada a todos os elementos de uma sociedade. O conservador, neste caso, é seletivo, e elege, do meio social, quais elementos deseja conservar. Segundo Scruton,

é insuficiente definir o conservadorismo como o desejo de conservar, pois, embora haja em todos os homens e em todas as mulheres algum impulso para conservar aquilo que lhes é seguro e familiar, é a natureza dessa ‘familiaridade’ que precisa ser analisada. Em resumo, o conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer. A "ordem" em questão pode ser a de um clube, a de uma sociedade, a de uma classe, a de uma comunidade, a de uma igreja, a de um governo ou a de uma nação (2015, p. 53).

O conservadorismo está ligado, portanto, à conservação de determinada instituição, ou a um conjunto delas. Não é por acaso que um dos principais lemas conservadores seja “Deus, Pátria e Família”. Essas podem ser consideradas como a santíssima Trindade conservadora, ou seja, as três principais instituições que os conservadores ocidentais querem conservar: a religião cristã, a nação a qual pertencem e a família tradicional. Qualquer tentativa de mudança em uma dessas três instituições ou aos valores inerentes a elas é vista como um ataque ao seu modo de vida, desencadeando sua reação.

Isto é o que nós temos visto acontecer em todo o mundo ocidental ao longo dos séculos XX e XXI. A irrupção dos movimentos identitários no campo social e suas reivindicações de mudanças nos valores tradicionais; os novos movimentos políticos de esquerda e suas críticas ao sistema capitalista; o pós-modernismo e suas concepções filosóficas existencialistas que põem em xeque os valores religiosos, tudo isso tem provocado a organização de movimentos conservadores e sua conseqüente reação.

Algo que é importante destacar a respeito do movimento conservador é que ele só existe quando é provocado, ou seja, existe “um caráter tipicamente reativo no conservadorismo. Sem a presença de uma agenda radical antagônica, ele cessa de existir” (TRIGUEIRO, 2015, p. 104). É somente quando surgem alguns setores na sociedade reivindicando mudanças em determinadas estruturas que o movimento conservador se erige para defender essas estruturas. A reação conservadora dá-se quando eles se sentem

ameaçados, e a ameaça, em muitos casos, é utilizada como combustível para manter a classe conservadora mobilizada.

Isso foi uma constante ao longo da história do século XX: a utilização de um discurso que identifica a existência de determinados “inimigos” políticos prestes a tomar o poder na sociedade, ou que atribuem, a alguns grupos, determinadas concepções políticas ou ideológicas contrárias ao pensamento conservador. Um exemplo clássico disso é a acusação de “comunismo”, que se tornou corrente no jargão político ocidental. A mera insinuação de que determinado político seria um agente do comunismo serviria para justificar qualquer reação para impedir a “tomada de poder” por parte deste. Tal medo foi a justificativa para grande parte dos golpes militares ocorridos na América Latina, nos últimos 50 anos do século XX.

A manutenção do poder, do sistema político e econômico e dos valores sociais vigentes é um dos pilares do conservadorismo. No entanto, como observou Scruton (2015), não é de qualquer sistema ou valores. A defesa dá-se apenas quando esse sistema está em consonância com determinada concepção de sociedade idealizada na mente dos conservadores, e que, como já vimos, está ligada a um passado também idealizado. Ou seja, a defesa se dá apenas quando o campo político reflete as condições sociais de classe a que estes grupos conservadores pertencem (BOURDIEU, 2013).

A religião, por sua vez, cumpre um papel essencial neste processo, pois fornece a base ideológica para as estruturas defendidas pelos conservadores. Assim, eles defendem a família, mas não qualquer família, apenas o modelo definido nos livros religiosos; eles defendem o governo, mas não qualquer governo, apenas um que esteja comprometido com seus ideais religiosos e com a não promoção de mudanças sociais; eles defendem a religião, mas não todas as religiões, apenas aquelas que não se distanciam muito do sistema de crença no qual estão inseridos (no caso brasileiro, as religiões cristãs). Em suma, eles defendem apenas as instituições que, de acordo com sua visão dentro do campo religioso, legitimem as condições de existência e de posição destes grupos na estrutura social (BOURDIEU, 2013).

Qualquer mudança nesses sistemas é vista com desconfiança pelo conservador. Sua ideia central é a de que “a mudança é uma ameaça à identidade, e cada mudança é um símbolo de extinção”; assim, “o conservador não vê na mudança uma melhoria (improvement) ou progresso necessariamente benignos” (GARSCHAGEN, 2015, p. 18-19). Daí sua luta para que os sistemas nos quais está inserido sejam conservados tal qual eram no passado, aquele mesmo passado idealizado por ele e conservado, em grande parte, por meio das tradições.

Esta defesa das instituições e de determinado modelo institucional traz em seu bojo um conceito extremamente caro aos conservadores: o de autoridade. “É por meio

de um ideal de autoridade que os conservadores vivenciam o mundo político” (SCRUTON, 2015, p. 51). A obediência à ordem estabelecida é essencial para a mentalidade conservadora, porém apenas quando essa ordem está em consonância com os valores da tradição defendidos por eles. Quando esta ordem é rompida, eles se colocam contrários aos novos grupos e às inovações promovidas tanto no campo político, social ou econômico.

O poder que o político procura deve ser, em outras palavras, um poder reconhecido. Ele não deve ser considerado pelo povo apenas como poder, mas como autoridade. Toda sociedade depende do respeito dos cidadãos pela ordem da qual são uma parte e do respeito deles por eles mesmos como parte dessa ordem. Esse sentimento – manifesto no patriotismo, no costume, na obediência à lei, na lealdade a um líder ou a um monarca e na aceitação voluntária dos privilégios daqueles aos quais os privilégios são concedidos – pode se estender indefinidamente (SCRUTON, 2015, p. 60-61).

Quando essa ordem à qual os conservadores anseiam respeitar é assumida por grupos políticos que têm como pauta a liberalização dos costumes, práticas e hábitos sociais, indo de encontro aos modelos defendidos pela pauta conservadora, o respeito à autoridade dá lugar ao seu questionamento. Faz-se necessário, nesses casos, deslegitimar o poder eleito, como se ele não representasse os anseios da sociedade, ou tivesse usurpado o poder político por meios fraudulentos ou ilegítimos. O respeito à ordem e à autoridade, portanto, dá-se apenas quando esse poder vai ao encontro dos valores tradicionais defendidos pela ala conservadora. O respeito dos conservadores à autoridade tem aí seus limites estabelecidos, e a recusa na obediência a um governo visto, por eles, como “ilegítimo” também tem seu lugar.

Isso é o que temos visto nos últimos anos quando grupos políticos de esquerda assumem o poder, como por exemplo no golpe de 1964 e no golpe contra Dilma em 2016. As tentativas de deslegitimar este poder eleito contam com muitas estratégias diferentes, mas são uma constante na história. Acusações de fraude, manipulação ou golpe são recorrentes nos discursos conservadores, especialmente nas alas mais radicais. Tais acusações, comumente, servem de estímulo para que tais grupos se sintam impelidos a usar quaisquer meios necessários para retirar esse partido eleito do poder por meios não democráticos. O rompimento da democracia, pelo menos na sua visão, não seria da parte

deles, uma vez que ela já teria sido rompida pela eleição “ilegítima” de tal partido de esquerda. Eles estariam apenas restabelecendo a ordem institucional que já fora rompida antes.

Outra característica dos grupos conservadores é certa naturalização dos problemas sociais, da pobreza e também da riqueza. Alicerçados em um ponto de vista religioso, a riqueza e a pobreza seriam sinais de predileção ou não por parte de Deus, não devendo ser alvo de preocupação por parte do Estado. Por isso mesmo muitos conservadores têm adotado, no campo político-econômico, a agenda liberal do Estado mínimo, defendendo que não é dever do Estado promover políticas de bem-estar social.

Eles se preocupam exclusivamente com o dever de governar, e sua atitude desafia a tradução dos objetivos sociais numa lista de compras. Eles encaram com ceticismo os mitos da igualdade e da justiça social; têm aversão à agitação política universal, e o clamor por "progresso" não lhes parece ser nada além de uma moda passageira (sério apenas na medida em que constitui uma ameaça à ordem política) (SCRUTON, 2015, p. 61).

Esta aliança recente do ponto de vista conservador e liberal não é consenso entre a ala conservadora, uma vez que, historicamente, estes sempre se colocaram em posições contrárias em relação às liberdades individuais. Até mesmo intelectuais conservadores, como Scruton, defendem a distinção entre a agenda liberal e conservadora, e que a adoção da pauta liberal por parte de grupos conservadores seria um erro:

Uma grande diferença entre o conservadorismo e o liberalismo consiste, por conseguinte, no fato de que, para o conservador, o valor da liberdade individual não é absoluto, mas sujeito a outro valor mais elevado: a autoridade do governo existente (SCRUTON, 2015, p. 51).

Este seria o último ponto caro à pauta conservadora: as liberdades individuais. Para eles, tais liberdades não podem ser absolutas, porém, de acordo com os valores dos grupos a cuja autoridade eles devem obediência: o governo, a religião, a família, etc. Os valores individuais não se podem sobrepor aos valores defendidos por estes sistemas. Assim é que questões como a legalização do aborto, descriminalização das drogas, casamentos entre homossexuais, liberdades femininas, entre outros, são assuntos que só

devem ser debatidos sob o ponto de vista da autoridade da família, da religião e do Estado historicamente estabelecido, e não vistos como direitos dos indivíduos que compõem a sociedade.

É característico dos conservadores o ceticismo em relação a reivindicações feitas em nome do valor do indivíduo, caso elas entrem em conflito com a obediência necessária à sociedade, ainda que eles possam desejar que o Estado (no sentido de aparato do governo) mantenha uma relação razoavelmente frouxa com as atividades de cada cidadão [...]. Se, porém, a individualidade ameaça a obediência - como certamente deve ocorrer numa sociedade em que a individualidade procura conceber a si mesma em oposição às instituições e às tradições a partir das quais emerge -, então a ordem civil também é ameaçada (SCRUTON, 2015, p. 74).

Scruton (2015), resumiu bem a questão no parágrafo supratranscrito. E ele explica também como conservadores podem ser contra determinadas liberdades individuais (como o aborto, por exemplo) e a favor de outras (como o porte de armas). A liberdade individual só é má vista se afronta algum dos preceitos definidos em seu sistema de crenças. Isto explica por que o movimento conservador se tem levantado, nos últimos anos, para combater os novos movimentos sociais de esquerda que buscam diversos reconhecimentos identitários.

Contudo, foi no âmbito econômico que o movimento conservador brasileiro se estruturou ao longo do século XX. Nesse período, o combate ao comunismo foi uma das marcas do campo político conservador. No Brasil, a ameaça do comunismo chega logo depois da revolução russa de 1917, mas de forma ainda incipiente. Entre 1917 e 1930, o comunismo foi encarado “como uma ameaça remota”, mais ligado à “realidade do velho mundo” do que com a “dinâmica política desta parte do continente americano” (MOTTA, 2000, p. 22).

Entretanto, somente a partir dos anos 1930 é que veremos no país um crescimento profícuo das ideias comunistas. Capitaneados por Luís Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”, os ideais comunistas ganhavam cada vez mais adeptos, especialmente depois da crise mundial de 1929 e da derrocada do modelo político-econômico liberal. Na mesma medida, crescia também o bloco de oposição às ideias

comunistas, representado mormente pelo surgimento do integralismo, movimento de orientação fascista fundado no ano de 1932, por Plínio Salgado (MOTTA, 2000).

O ápice do movimento anticomunista no Brasil viria na década de 1960, quando a ameaça comunista serviu de mote para a eclosão de um movimento político reacionário que culminaria no golpe militar de 1964. No campo político, tais reações foram desencadeadas no ano de 1961, pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela ascensão à presidência de seu vice, João Goulart, reconhecido por ter, em sua história política, uma aproximação com os ideais da esquerda.

Ainda que o anticomunismo continue sendo o mote principal de combate dos conservadores ao longo das décadas de 1960 e 70, o surgimento no campo progressista de novos movimentos identitários acaba inserindo novas camadas no debate entre esquerda e direita, no Brasil e no mundo. Movimentos feministas, que questionam a submissão feminina no casamento e defendem o direito ao aborto; e o movimento pró-LGBT+, que defendem o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o reconhecimento de novos gêneros, acabam mobilizando a ala conservadora brasileira. Em particular, a ala evangélica tem procurado utilizar-se do campo político para combater estes movimentos. Identificados com alas da esquerda progressista, ainda que não aceitos pelo marxismo mais ortodoxo, estes movimentos de luta contra o machismo e a homofobia acabam confrontando-se com os valores tradicionais relativos à família defendida pelos conservadores. O eixo do combate deslocar-se-ia, portanto, do campo político-econômico para o campo sociocultural.

No entanto o ideal anticomunista dos movimentos conservadores não é abandonado. A partir dos anos de 1990, alguns intelectuais destes movimentos começam a elaborar uma nova interpretação das esquerdas e dos movimentos culturais identitários, visando situá-los no tradicional debate sobre o marxismo, socialismo e comunismo. Surge então a expressão “marxismo cultural” para classificar esses movimentos e situá-los em uma nova forma de marxismo que teria surgido a partir dos anos de 1970 no mundo.

A primeira vez que esta expressão foi utilizada foi no ano de 1992, em um artigo intitulado “New Dark Age: Frankfurt School and ‘Political Correctness’”, publicado por Michael Minnicino, intelectual conservador sem expressividade política, na revista *Fidelio*, publicação norte-americana financiada pelo grupo conservador *LaRouche*, ligada ao Partido Democrata americano (SILVA ET AL., 2021, p. 190). No texto,

Minnicino deslinda um catálogo de acusações contra os projetos da Escola de Frankfurt e suas consequências na vida intelectual e cultural do Ocidente. Em uma genealogia que começa com Georg Lukács e passa por Marcuse,

Adorno, Benjamin, Hannah Arendt, a contracultura das drogas, a Central de Inteligência Americana, os programas de rádio, Umberto Eco, Allen Ginsberg, Timothy Leary, Freud e o programa MK-ULTRA de lavagem cerebral, o libelo descreve as “conexões secretas” que ligariam todos esses elementos para a realização de um plano: instaurar uma nova Idade das Trevas na civilização ocidental. (SILVA ET AL., 2021, p. 192-193).

Com ares de teoria conspiratória, o “marxismo cultural” cairia logo nas graças dos movimentos conservadores norte-americanos, sendo exportada para outros países. No Brasil, seu maior representante foi o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, que foi responsável pela popularização dessas ideias, inclusive, entre a classe política, ganhando grande projeção durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

A base da teoria do marxismo cultural está na Escola de Frankfurt. Segundo seus defensores, as pesquisas produzidas por Adorno, Benjamin e Horkheimer seriam as responsáveis pela instauração desses novos movimentos de esquerda. Segundo eles, os intelectuais marxistas, após não terem conseguido cumprir seu plano de dominação mundial por meio do socialismo, teriam traçado um novo plano: a dominação por meio da cultura. A partir daí os conservadores identificariam toda uma gama de novos movimentos de diferentes matizes, tanto sociais quanto culturais, políticos e até acadêmicos, como frutos deste plano de dominação dos marxistas: “pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual, desconstrutivismo [...], movimentos estudantis, pacifistas, pós-modernismo, política identitária, feminismo, movimento LGBT, ambientalismo, etc”. Tais movimentos seriam orientados teoricamente pelo “marxismo cultural” de Gramsci e Adorno, e seus objetivos seriam “a dissolução do cristianismo e da civilização ocidental” (SILVA ET AL., 2021, p. 182-183; 189).

As teorias do “marxismo cultural”, que não encontram nenhum respaldo acadêmico, teórico, social ou político real, permitem aos movimentos conservadores realinhar seus discursos anticomunistas, agora englobando também os movimentos progressistas identitários, muitos deles sequer identificados com qualquer matriz teórica marxista. Esta corrente é fruto de uma das principais características do conservadorismo: sua capacidade de fabricar inimigos, sejam eles reais ou imaginários. Para isso, eles pegaram um inimigo já consolidado ao longo do século XX, o comunismo, e agregaram a ele novos elementos sociais e culturais que já vinham ameaçando suas visões de mundo há algum tempo: as minorias identitárias.

Segundo Helen Pluckrose (2018), editora da Revista *Areo*, aquilo que muitos conservadores chamam de “marxismo cultural” é, na verdade, fruto da política identitária dos intelectuais pós-modernistas e sua fonte, portanto, não é o marxismo. A autora afirma que os intelectuais de direita fazem essa confusão entre marxismo e política identitária para poder, assim, atacar dois flancos simultaneamente: a esquerda econômica e a esquerda identitária – mesmo sendo liberal – ou pós-moderna. Ironicamente, aquilo que os conservadores atacam como “marxismo” poderia talvez ser bem descrito antes como um “liberalismo cultural” que um “marxismo cultural” (SILVA ET AL., 2021, p. 197).

Se o marxismo cultural realmente existe ou não, pouco importa para eles. O que é mais importante é que ele cumpre seu objetivo, qual seja, o de lhes permitir manter mobilizados seus seguidores na luta contra as esquerdas e campo progressista em geral, vistos como ameaças aos valores tradicionais defendidos por seus líderes. Este é o arcabouço teórico e ideológico que sustenta o discurso conservador de grande parte das religiões evangélicas no Brasil, como demonstramos a seguir.

A atuação da bancada evangélica no campo político brasileiro

No Brasil, temos um longo histórico de influência religiosa no campo político. Nos períodos colonial e imperial, tais relações faziam-se sentir, de forma explícita, com a atuação direta da Igreja Católica nas decisões políticas. Somente com a instituição da República, o Brasil vê, pela primeira vez, a separação entre Igreja e Estado. Na Constituição promulgada em 1891 (BRASIL, 1891), fica bem nítido o intuito de realizar essa separação, estabelecendo-se a liberdade de culto e crença, e, em segundo lugar, que nenhum culto ou Igreja pudesse receber subvenção oficial por parte da União ou dos estados brasileiros, ainda que, na prática, isso demorasse a efetivar-se.

A influência da Igreja Católica continuou presente no Estado ao longo de todo o século XX, seja nos textos constitucionais (a própria referência a Deus nos textos é uma prova disso), ainda que agora de formas mais sutis se compararmos aos períodos coloniais e imperiais. É certo que não havia mais uma união formal entre ambos, mas, especialmente no âmbito Legislativo, procurava-se estabelecer leis que estivessem em conformidade com a moral cristã. Um exemplo disso é a recorrente afirmação da indissolubilidade do casamento e a proibição do divórcio, dogma católico que sempre se

fazia presente nos textos constitucionais, demonstrando a forte influência católico-cristã. Somente na última Constituição, de 1988, tal texto foi abolido, sendo então permitida a prática do divórcio no Brasil (REIMER, 2013).

Em muitos casos, os interesses dos governantes confundiam-se com os interesses da própria Igreja. Foi o caso da ditadura civil-militar de 1964 a 1985, em que prevaleciam, nos discursos oficiais, os ideais conservadores de defesa da “Pátria, Deus e família”, discursos esses que condiziam com uma reafirmação dos ideais cristãos inseridos na política.

A partir de meados da década de 1980, com a transição democrática, iniciam-se as discussões para o estabelecimento de um novo texto constitucional. A Assembleia Nacional Constituinte é instalada em 1987, com o objetivo de promulgar a primeira Constituição democrática do país, após o fim do regime ditatorial. A composição dos membros desta assembleia realizou-se pelos próprios deputados e senadores eleitos um ano antes.

Nas eleições gerais de 1986, a primeira realizada após o fim da ditadura, um novo fenômeno político pôde ser notado. Tratava-se da composição de uma nova bancada, que não tinha como elemento aglutinador a filiação partidária, mas sim suas filiações religiosas. Ficou conhecida como “bancada evangélica” e reunia deputados e senadores que se filiavam a diversas Igrejas Protestantes, que começavam a ganhar cada vez mais espaço no campo religioso brasileiro.

Não havia como não notá-los. O País todo tinha diante de si um conjunto de parlamentares que se autoproclamavam evangélicos, cujo número - 33 - por si só constituía uma novidade emergindo na cena política nacional. Além de visíveis e mensuráveis, apareciam como inesperadamente vocais na manifestação e na defesa de suas convicções religiosas e de seus pontos de vista sobre a sociedade (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 164).

O termo evangélico engloba um conjunto de religiões cristãs oriundas direta ou indiretamente da reforma protestante ocorrida na Europa, no século XVI. Podem ser divididos em dois grupos: os protestantes históricos, que são as Igrejas que têm uma ligação mais direta com a reforma protestante, como luteranos, presbiterianos, batistas e metodistas; e os pentecostais, fenômeno que surge nos Estados Unidos, no início do século XX (GONÇALVES; PEDRA, 2017).

As Igrejas Protestantes estabeleceram-se no Brasil, no início do século XIX, a partir de 1820, com os luteranos, imigrantes da Alemanha. Já a primeira onda de pentecostais se estabelecem no Brasil a partir de 1910, com a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil. Esta é considerada a primeira onda do pentecostalismo no Brasil. A segunda onda surgiria em 1950, com a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Brasil para Cristo e a Igreja Deus é Amor. Por fim, a terceira onda, chamada de Neopentecostais, é estabelecida no país, a partir da década de 1970, com as igrejas Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo e a Mundial do Poder de Deus (FRESTON, 1993).

O que diferenciam ambos os movimentos são as características inerentes a cada uma. Enquanto os protestantes mantêm apenas os dogmas que os fizeram se contrapor à Igreja Católica, como a rejeição à supremacia do Papa, a justificação somente pela fé, e não pelas boas obras, e a salvação pela graça divina; os pentecostais acrescentaram a esses o fenômeno da glossolalia (falar em línguas), a influência do Espírito Santo, a experiência do êxtase divino, e, ainda, no movimento neopentecostal, incluíram o combate ao “diabo” e a teologia da prosperidade, transformando os templos em verdadeiros conjuntos empresariais (FRESTON, 1993).

Outra tendência que começa a modificar-se a partir da década de 1950 é a das relações destas Igrejas com a política. A partir de 1946, começam a eleger-se deputados e senadores protestantes, com um número cada vez maior a cada legislatura, até chegar ao número de 33 eleitos na constituinte, em 1987. Até a década de 1980, havia um predomínio de políticos membros de Igrejas Protestantes históricas, especialmente a metodista, presbiteriana e batista. Nesse período (1946-1987), houve apenas cinco congressistas pentecostais. É somente a partir da década de 1987 que começam a eleger-se representantes pentecostais, que passam a ocupar uma parcela de 60% dos congressistas evangélicos (FRESTON, 1993).

Assim, na Assembleia Constituinte de 1987-1988, a erupção de um conjunto de parlamentares que se diziam evangélicos, com massiva presença dos pentecostais, e que se utilizavam de sua condição política para defender seus interesses religiosos chamou bastante atenção da sociedade brasileira em geral, com destaque para a mídia, que fez inúmeras reportagens dando voz a este novo movimento, assim como procurando explicações para suas aspirações políticas.⁷

⁷ Em 1987, quando se formou o Congresso Constituinte, foram vários os jornais e revistas da época que fizeram reportagens sobre a presença dos 33 deputados evangélicos presentes no Congresso, como a revista *Veja* e os jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*. Mais informações ver Pierucci e Prandi (1996, p. 168).

A postura desses congressistas evangélicos na constituinte era uma novidade em relação à ação dos congressistas protestantes anteriores. Ainda que estes defendessem seus interesses religiosos, não o faziam de forma tão organizada e tão declarada quanto o faziam agora os congressistas pentecostais. Esta nova “bancada evangélica”, como eles mesmos passam a denominar-se, trazem como novidade o fato de colocarem seu mandato político completamente a serviço de suas visões religiosas. Tal postura pode ser percebida pelos embates que os congressistas desta “nova direita cristã”, como denominam Pierucci e Prandi (1996), buscaram engajar durante os debates para redação da nova Constituição nacional.

A “ordem” era que eles buscassem envolver-se nas discussões que se relacionassem com a defesa dos valores familiares tradicionais, (combate a novos arranjos familiares não ortodoxos, especialmente de cunhos homossexuais), à sexualidade e papéis de gênero (combate às pautas feministas e dos movimentos LGBTQ+, como direito ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.). Procuravam, portanto, ficar mais no âmbito das questões morais, deixando de lado questões mais políticas ou econômicas, como a reforma agrária, moradia, etc.

A direita hoje torna-se uma "nova direita" justamente por injetar no conservadorismo socioeconômico revigorada ênfase nas teses conservadoras ou restauracionistas em matéria sexual. Sexo e família entrelaçam-se no miolo de seu discurso bíblico-fundamentalista para tecer de novo o discurso das direitas não-religiosas, para reorientar as direitas no sentido de revalorizado conservadorismo cultural e comportamental, de um conservadorismo social no plano das maneiras, dos estilos de vida, complementando seu conservadorismo econômico e seu anticomunismo com uma diferente concepção dos inimigos a combater e um elenco diferente das "questões que realmente importam", que realmente apresentam a "vontade do povo", as preocupações vitais da "maioria" (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 178).

São exatamente nestas “questões que realmente importam” que os congressistas evangélicos procuram atuar. Em diversas reuniões organizadas por eles, é notória a forma como procuram alinhar seus discursos em torno dessas questões, demonstrando bem quais serão seus interesses a partir dali. Dessa forma, julgam estar representando os

interesses da “maioria” da sociedade brasileira. Este recurso discursivo é interessante, pois demonstra a existência de uma percepção de que a sociedade brasileira como um todo, independente da filiação religiosa, compartilha, pelo menos em matéria de moralidade, das concepções conservadoras tão bem-representadas pela visão evangélica. É como se, mesmo aqueles que não são evangélicos, tenham uma afinidade com o ethos destas religiões, no que diz respeito à conservação da família tradicional, da sexualidade e dos costumes e valores cristãos como um todo.

Este seria o tom desta nova direita cristã, que passaria a ocupar cada vez mais os espaços políticos a partir da década de 1990. Sua atuação seria destacada também nas eleições seguintes, em 1989, quando se engajaram na eleição do presidente Fernando Collor, com o objetivo último de derrotar o candidato de esquerda Luís Inácio “Lula” da Silva, a partir da constituição de um discurso que o considerava como inimigo dos interesses cristãos. A luta contra as esquerdas, a partir desse momento, envolve tanto os já conhecidos discursos anticomunistas quanto os novos discursos relativos ao campo cultural e social e do “marxismo cultural”, que envolvem a defesa de uma moralidade conservadora no âmbito dos costumes e das práticas sociais.

Assim sendo, não há exagero em afirmar que o inimigo principal, o “outro” dessa nova direita cristã, é o feminismo, com sua corte de aliados na pornocracia bem-pensante das camadas intelectualizadas e “liberadas” em sua conduta de vida. Noutras palavras, as teses centrais da nova direita cristã são antes de mais nada teses antifeministas. É no movimento das mulheres que mora o perigo (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 179).

A atuação desta nova direita cristã pôde ser bem percebida nas eleições seguintes, até culminar na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. A adoção, por parte de Bolsonaro, de um discurso cristão evangélico deu o tom de sua campanha eleitoral, mas foi além, alcançando um apoio para além do sentimento religioso. Isto é o que analisamos em nosso próximo tópico.

O papel do discurso evangélico conservador nas eleições de 2018

Desde a constituição da bancada evangélica em 1988, tem crescido, em nosso país, o número de candidatos eleitos utilizando como discurso político sua filiação às religiões evangélicas. Antes restritos ao poder Legislativo, eles têm, aos poucos, conquistado espaço também no poder Executivo, elegendo prefeitos, governadores e até

presidente da república. A eleição de Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2017, foi um marco do movimento político evangélico em nosso país.

Das eleições de 2018 para as de 2020, por exemplo, houve um aumento de 34% no número de candidatos evangélicos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (RIVEIRA; LAGO, 2020). A inserção cada vez maior de evangélicos, em geral, na política tem sido uma constante e tem conseguido reunir em torno de si os interesses conservadores de grande parte da população brasileira, o que explica, em parte, seu sucesso nas últimas eleições.

Um exemplo da capacidade deste movimento religioso pôde ser observado na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país em 2018. Apesar de origem católica, Bolsonaro inicia uma aproximação com o público evangélico no ano de 2016, quando ele é batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, por um pastor da Igreja Assembleia de Deus, pastor Everaldo, então, presidente do Partido Social Cristão (PSC), em um ato claramente político-religioso. No entanto ele não teria renegado seu batismo católico, continuando a dizer-se pertencente a esta religião. O ato de se batizar, no caso, serviu como aceno ao público evangélico, que já se identificava em grande parte com seus discursos conservadores e sua defesa da “pauta moral” no Congresso e na mídia.

A história de Jair Bolsonaro com a política se inicia em 1988, quando ele é eleito, pela primeira vez, como vereador pelo Rio de Janeiro. Depois disso, teve sete mandatos como deputado federal, de 1990 a 2017. Ele ganharia projeção nacional na mídia, em 2011, após participar de inúmeros programas televisivos de entretenimento; e isso se deu devido às suas opiniões polêmicas sobre vários assuntos, especialmente a defesa da ditadura militar, a condenação aos movimentos feminista e LGBT+, entre outros temas que iam de encontro à “pauta moral” da ala conservadora de nosso país. Apesar de muitos desses programas buscarem a figura de Bolsonaro tentando passar uma imagem negativa de suas opiniões, ele acabou caindo nas graças do público conservador, que via nele um contraponto às aspirações da esquerda.

Aos poucos, em meio aos processos políticos turbulentos pelos quais passavam nosso país, os discursos conservadores começaram a ganhar força a partir do golpe parlamentar sofrido pela então Presidenta Dilma Roussef, em 2014. Organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua começaram a ganhar cada vez mais projeção, reelaborando os discursos anticomunistas e concentrando-os no partido de esquerda que governou o país desde 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT). A reeleição de Dilma, em 2014, seria o estopim para o surgimento de uma ampla rede discursiva que atribuía ao partido no poder a culpa pelos problemas sociais e econômicos vividos pelo país naquela altura. Tais discursos, que nasceram nas redes sociais, inicialmente, vão

ganhar espaço nos grandes veículos de imprensa, amplificando seu alcance e ganhando cada vez mais adeptos fora da bolha conservadora (NOGUEIRA, 2017).

Tratava-se de uma verdadeira militância digital, cujas principais características eram o hábil uso das redes sociais para criar uma rede de desinformação, que segundo Rocha (2021), servia como forma de moldar a realidade segundo sua visão de mundo. Sua retórica se baseava no conceito de “guerra cultural” contra a esquerda que governara o país nos últimos anos, e que propiciara a ascensão de uma juventude de direita, que cresceu sob os governos do PT. Foi parte desta juventude que tomou as rédeas dos movimentos citados, e que se baseavam numa retórica que identificava inimigos a serem combatidos: a esquerda e os governos petistas (ROCHA, 2021).

O crescimento dos discursos conservadores em nosso país refletiu-se nas eleições de 2018, quando Bolsonaro foi eleito presidente. O impacto do discurso antipetista fez-se perceber no desempenho da legenda em todo o país, perdendo votos em todas as regiões, mesmo no Nordeste, onde ganhou, mas com percentual menor que o de outras eleições. O encolhimento prosseguiu nas eleições seguintes, em 2020, quando ele perdeu a maior parte das prefeituras que disputava, chegando a perder 11 das 15 cidades em que fora para o segundo turno, e não elegendo prefeitura em nenhuma capital do Brasil (CAESAR, 2020).

Esse foi, portanto, um dos elementos que explicam a eleição de Jair Bolsonaro: o antipetismo. Contudo, para além disso, há outros elementos que devem ser considerados. A aversão ao PT e às esquerdas como um todo poderia ter levado ao poder qualquer outro candidato de direita que se apresentasse no pleito. O mais natural até seria que fosse o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) o mais beneficiado pelo discurso antipetista, visto que era o maior partido de direita brasileiro, e desde 1994 dominava a disputa com o PT nas eleições presidenciais. Seria natural que ele fosse o herdeiro da virada à direita ocorrida a partir do golpe de 2014.

Entretanto outro elemento teria surgido no debate político brasileiro: a descrença nas instituições. Desde as manifestações de 2013, que se iniciaram com mobilizações do movimento Passe Livre em São Paulo, contra o aumento das passagens de ônibus, e logo se tornaram um amplo conjunto de mobilizações contra as mais diversas causas, um sentimento crescia na população brasileira como um todo: a aversão à classe política. Entre as diversas manifestações realizadas no mês de junho daquele ano, aos poucos, começaram a aparecer notícias de repúdio ao uso de bandeiras políticas e representantes de partidos por parte dos manifestantes (Estado de Minas, 2013). As manifestações começaram a cristalizar-se em um movimento contra a classe política em geral, tornando-se uma válvula de escape de grande parte da população contra a política

partidária, dando vazão a um sentimento difuso de que a classe política seria a responsável pelos problemas do país.

Tal sentimento, manifestado nas mobilizações de 2013, foi logo captado pelas organizações que serviram de sustentáculo discursivo para o golpe de 2014. Ironicamente, muitos destes movimentos fizeram com que suas lideranças fossem eleitas em 2018 e 2020, como o próprio Movimento Brasil Livre. Contudo o sentimento antiestablishment (antissistema) esboçado em 2013 permaneceu vivo, alimentado por esta ampla rede discursiva que tomou conta das redes sociais, afetando a todos os partidos políticos tradicionais. O PT foi o mais afetado por ter os discursos direcionados diretamente a ele, mas outros partidos tradicionais também sofreram desgaste, principalmente após a operação Lava Jato, que revelou muitos esquemas de corrupção envolvendo estes partidos. O próprio líder do PSDB na época, Aécio Neves, que fora o principal concorrente de Dilma Roussef nas eleições de 2014, teve seu nome envolvido nas operações da Lava Jato, caindo no ostracismo depois disso.

O antipetismo, a descrença com a política partidária tradicional e as revelações da operação Lava Jato criaram um vácuo de poder para as próximas eleições. Já em 2016, tivemos um efeito disso nas eleições municipais, quando um dos maiores partidos do país, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), perdeu as eleições do Rio de Janeiro para o Partido Republicano Brasileiro (PRB), de Marcelo Crivella. Já em São Paulo, o PSDB conseguiu se eleger, mas com uma figura nova que buscava descolar-se da classe política: o empresário João Dória.

Para as eleições presidenciais de 2018, estabeleceu-se uma incógnita: quem iria surgir como novo nome da política nacional capaz de aglutinar forças e levar a presidência? O nome mais forte da disputa, Luís Inácio “Lula” da Silva, estava preso por ter sido condenado em 2ª instância na operação Lava Jato, sob acusação de receber benefícios para aprovar contratos de licitação. Tal condenação seria revertida, posteriormente, e o processo extinto, após declaração do Supremo Tribunal Federal, da incompetência da Vara da Justiça Federal de Curitiba, pois o processo contra Lula não se enquadrava no contexto da operação Lava Jato. Entretanto, naquele momento, com a prisão de Lula, a disputa para a presidência ficara totalmente aberta, sendo disputada por candidatos de amplos espectros políticos.

O nome de Jair Bolsonaro começara a ganhar força neste contexto. Sua vitória, tanto no primeiro quanto no segundo turno, com uma margem considerável de votos, indica que sua candidatura conseguiu ganhar adesão de amplos setores da sociedade, não só a ala conservadora. Com um discurso antipolítico, Bolsonaro conseguiu construir a imagem de ser um outsider político, ou seja, não envolvido com o modo tradicional de se fazer política no Brasil, mesmo tendo sido eleito para sete mandatos de deputado. Como

o que estava em xeque naquele momento eram os grandes partidos, estes sim identificados com o modo “tradicional” de se fazer política no Brasil (modo este associado aos conchavos políticos e à corrupção, denunciados pela operação Lava Jato), o discurso de Bolsonaro consegue convencer e descolar-se desta realidade, apresentando-se como um fato novo na política nacional.

Nos seus discursos, Bolsonaro trazia ainda muitos elementos do conservadorismo, em vários de seus aspectos. Podemos dividir sua discursividade em três eixos básicos. A organização destes três eixos se dava por meio da retórica da “guerra cultural” bolsonarista, que dependia de um uso massivo das redes sociais para disseminar teorias conspiratórias, forjar inimigos públicos e negar fatos da realidade, o que João Rocha (2021, p. 356) classificou como “retórica do ódio”. “Esses elementos forjaram um poderoso sistema de crenças, responsável pelos míticos 30% que parecem resistir ao mais elementar princípio de realidade”.

O primeiro eixo girava em torno do combate à corrupção. Nisso o ajudou a operação Lava Jato e as denúncias de corrupção de governos anteriores, fazendo com que ele conseguisse criar uma imagem de alguém novo na política, sem envolvimento em conchavos políticos nem escândalos de corrupção.

O segundo eixo foi a violência e a segurança pública. Defensor ferrenho da ditadura militar, procurava invocar, em seus discursos, elementos desse militarismo, como o armamento da população e a exacerbação da violência policial, chegando a afirmar, em vários de seus discursos, que “bandido bom é bandido morto”.

Por fim, o terceiro eixo era a pauta moral. Bolsonaro colocava-se como defensor da moral e dos bons costumes, atacava o que dizia ser a “destruição da família tradicional”, atacando de forma direta o chamado “marxismo cultural” (ainda que, nesse momento, não usasse esse termo): o feminismo, o movimento LGBTQ+, as religiões não cristãs e as minorias em geral. Chegou a repetir, em vários de seus discursos, que “somos um país cristão”, e que, portanto, as “minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (MARIANO; GERARDI, 2019, p. 73). Esse último ponto iria de encontro aos anseios do eleitorado evangélico e conservador, como demonstra a socióloga Ana Evangelista:

Já a partir do prisma dos possíveis elementos motivadores desse eleitorado, vimos em mapeamentos do Instituto de Estudos da Religião - Iser em 2018, e agora em 2020, que alguns eixos mobilizam mais fortemente essa base: a defesa da moral, defesa da família, pelo controle e pela ordem no campo da segurança pública, permeadas por um forte

posicionamento antiesquerda. A esquerda é vista, e frequentemente propagada por lideranças religiosas pentecostais mais midiáticas, como a responsável pelos males pelos quais estamos todos passando. Em especial no campo dos valores. Agora, essas não são pautas, nem formas de reagir a essas pautas, presentes apenas no eleitorado de base religiosa evangélica. Também está presente em eleitores de diferentes matizes conservadoras, com ou sem identificação religiosa (2020, p. 4).

Foi justamente a pauta moral que permitiu a aproximação da retórica bolsonarista com as religiões cristãs em geral e das evangélicas em particular, resultando num verdadeiro “cristofascismo brasileiro”⁸ (Py, 2021, p. 7). Colocando-se como um defensor da cristandade, utilizando, em seus discursos, elementos do evangelismo, Bolsonaro acabou construindo para si a imagem de defensor de uma tradicionalidade que ia além da religião. Como já vimos, as religiões evangélicas em geral adotam um tom conservador ao defenderem seus principais eixos: a religião (Deus), o nacionalismo (Pátria) e o casamento heteronormativo (Família). Neste ponto, os movimentos identitários surgidos nos últimos anos que questionam essas instituições se tornam ameaças e devem ser combatidos. Bolsonaro consegue cristalizar em torno de si este combate, e exatamente por isso passa a ser visto como alternativa viável para acabar com o “marxismo cultural” que assola nosso país.

Entre os apoiadores ouvidos pela reportagem, muitos associam o candidato do PSL à perspectiva de “resposta” a algumas mudanças de comportamento ocorridas nos últimos anos, como o crescimento do movimento LGBT, feminismo, discussões de identidade de gênero e novos formatos familiares, como os homoafetivos (MACHADO; FRANCO, 2018, p. 3).

A adesão dos evangélicos à candidatura de Bolsonaro é maciça, apesar de não exclusiva. Pela tabela a seguir (tabela 01), podemos perceber que a diferença de votos

⁸ “O conceito de cristofascismo foi elaborado por Dorothee Sölle (1970), a partir da recordação sobre o nazismo alemão, especialmente em Auschwitz. (...) A autora destaca que o governo nazista se utilizou das relações e terminologias cristãs para garantir a coesão social” (PY, 2021, p. 7).

entre os dois candidatos do 2º turno em 2018, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) foi de mais de 11 milhões de votos, número expressivo. Os dados foram adquiridos aplicando-se o percentual encontrado na última pesquisa Datafolha antes da eleição, segmentado por religião, ao número total de votos válidos da eleição (104,8 milhões de votos)

Tabela 1: Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do Datafolha, Brasil 2018

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-Brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espíritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada em 25/10/2018. Retirado de Alves, 2018, p. 04

Em todas as religiões, tivemos uma paridade nos números de intenções de votos para ambos os candidatos. A diferença maior deu-se exatamente entre os que se dizem evangélicos. A diferença de intenções de votos entre os dois candidatos, neste segmento (11 milhões), foi muito próxima da diferença final que encontramos na eleição (10,76 milhões de votos). E isso indica que o voto dos evangélicos fez a diferença no resultado da eleição.

A tabela mostra, porém, outro dado significativo também: o de que, conquanto não de forma majoritária, Bolsonaro conseguiu furar a bolha do conservadorismo religioso e atingir outros segmentos religiosos importantes do país. O destaque para os católicos é significativo, dado o alto número absoluto de votos (quase 30 milhões). Contudo, ao olhar para religiões minoritárias como o espiritismo, vemos que ele consegue uma boa adesão, ainda que os números sejam bem menores se comparados com as religiões cristãs.

Isso vai ao encontro de um ideal defendido pela bancada evangélica há alguns anos em seus discursos, que é o da existência de uma base cristã conservadora em nosso país, para além da religião evangélica. O discurso é muito parecido com o proferido por Bolsonaro, que reproduzimos aqui: o da confluência de interesses entre os vários segmentos religiosos brasileiros, especialmente os cristãos. Estes interesses seriam contrários à esquerda identitária, à esquerda socialista e, portanto, a favor da manutenção

de um conjunto tradicional de valores. Aí entram a condenação do aborto, do comunismo e a defesa da família heteronormativa.

Boa parte da argumentação pró-conservadorismo dos costumes apela para a constatação de que “o Estado é laico, mas a sociedade é religiosa” ou “o Estado é laico, mas não é ateu”. E como a sociedade brasileira é majoritariamente de tradição cristã, deve-se tê-la como a referência para o ordenamento jurídico dos comportamentos. [...] O apelo dos evangélicos conservadores a uma suposta maioria cristã demográfica necessita indexar o conjunto dos católicos. Há afinidades entre evangélicos e católicos sobre diversas pautas; afinal, o conservadorismo é uma estrutura profunda da sociedade brasileira, transversal às religiões, sobretudo as de matriz cristã (ALMEIDA, 2020, p. 431-432).

Segundo Almeida, há uma complementaridade de interesses, neste sentido, entre católicos e evangélicos. No entanto podemos ver que, com Bolsonaro, essa complementaridade extrapolou o eixo cristão e conseguiu adesão, inclusive, de outras religiões, como as religiões espíritas e afro-brasileiras. São notórias, por exemplo, as adesões de líderes dessas religiões à candidatura de Bolsonaro, como o caso de Divaldo P. Franco, talvez o mais importante médium espírita brasileiro, que declarou inúmeras vezes apoio a Bolsonaro (TUBAMOTO, 2022); e do escritor e médium umbandista Robson Pinheiro, que depois de escrever inúmeros romances espiritualistas em que associa a imagem de Lula e Dilma a espíritos das trevas, ainda declarou voto em Bolsonaro, em 2022 (NOGUEIRA, 2017).

Bolsonaro soube muito bem canalizar o que Almeida (2020) considera como uma estrutura profunda da sociedade brasileira: o conservadorismo. Seja de matriz religiosa ou não, mas amplificado por ela, ele conseguiu aglutinar em torno de si a imagem de um elemento novo, defensor da moral e dos bons costumes, e descolado da política tradicional, desacreditada naquele momento. Ele soube canalizar os principais sentimentos difusos da sociedade brasileira naquele momento: a descrença com a classe política, a luta contra a corrupção, o descrédito das esquerdas, especialmente do PT, e a tentativa de trazer segurança à população, resultando numa verdadeira retórica do ódio (ROCHA, 2021).

Podemos inferir, assim, que a lógica religiosa de defesa das tradições foi amplificada, rompendo a barreira religiosa para alcançar outros círculos da sociedade. O

que evangélicos e defensores do Bolsonarismo conseguiram foi amplificar sua noção de que a sociedade brasileira está sendo destruída pela esquerda e pelo “marxismo cultural”, que querem acabar com a família tradicional, impondo pautas feministas e pró-LGBT+. A difusão das chamadas “fake news” agiu nesse sentido, fazendo circular inúmeras notícias falsas que atribuíam às esquerdas e ao PT ações neste sentido, como o famigerado “kit gay”, que teria sido distribuído nas escolas, quando Fernando Haddad era ministro da educação (MARIANO; GERARDI, 2019).

Bolsonaro emerge, portanto, como um salvador, homem impoluto, não contaminado pelo modo tradicional de se fazer política e defensor da moral e dos bons costumes. A ideia do messianismo é imediatamente evocada pelos evangélicos para defender sua candidatura e comprada por outros segmentos da sociedade. Como defende Bourdieu (2013), o messianismo surge exatamente em momentos de crise política, e oferece soluções rápidas para o rompimento da estrutura social que fora quebrada.

Neste sentido, compreendemos o messianismo político evangélico como a espera de uma liderança política que, sob inspiração divina, irá resolver os problemas da nação, combatendo o crime, perseguindo corruptos, impondo a ordem e o respeito à hierarquia, livrando o povo de seus inimigos. A inspiração divina não quer dizer, necessariamente, que a liderança escolhida seja cristã ou evangélica, e alguns exemplos bíblicos justificam a ideia: Ciro II, chamado o Grande, Rei da Pérsia, pôs fim ao cativeiro babilônico dos hebreus, mesmo sendo um soberano adepto de crenças politeístas. Neste caso, Ciro foi uma ferramenta divina usada para a libertação de seu povo (LOPES, 2019, P. 07).

Mesmo não sendo evangélico, Bolsonaro é adotado como seu representante. Este fenômeno é comum na história brasileira, e já teria acontecido em outros momentos, como na eleição de Fernando Collor de Mello contra Lula, em 1989 (PIERUCCI; PRANDI, 1996). A ideia do messias, porém, não fica restrita ao segmento evangélico. Seus discursos conseguem ampliar a adesão à sua candidatura ao colocarem-no como aquele capaz de restaurar a ordem que havia sido quebrada com a chegada da esquerda ao poder e seus casos de corrupção. Como vimos, este é um dos sintomas do conservadorismo, a restauração da ordem política quando acreditam que um líder foi

eleito de forma ilegítima. Isto foi o que moveu setores da sociedade brasileira na adesão à Bolsonaro, e o discurso evangélico foi apenas um potencializador.

Na política brasileira hoje, a religião acaba sendo também um recurso discursivo de pertencimento e recuperação da ordem utilizado pelos conservadores, ou neoconservadores, para fazer avançar suas pautas nos espaços institucionais. Não é apenas sobre determinados grupos religiosos buscando impor a sua moral para a totalidade da sociedade via políticas de Estado – essa tentativa existe em movimentações ainda circunscritas – mas é, também, sobre as novas facetas do conservadorismo brasileiro usando a religião para se comunicar com o povo, as classes populares, e criar vínculos simbólicos e afetivos com ele. Esta construção torna praticamente impossível de se dissociar moral religiosa, agenda política, demandas sociais e dilemas pessoais (EVANGELISTA, 2020, p. 13).

Como pudemos perceber, foi exatamente este processo que levou Bolsonaro ao poder. O sucesso de Bolsonaro é também um sucesso do discurso evangélico que, pela primeira vez na história, consegue extrapolar o domínio religioso e operacionalizar o sentimento conservador de parte da sociedade brasileira a seu favor. Contribuíram para isso o cenário ideal construído desde 2013, de descrença com a classe política tradicional, de corrupção sistêmica por parte dos grandes partidos brasileiros, a falha do Estado brasileiro em proporcionar segurança a seus cidadãos, a crise econômica que colocava as famílias brasileiras de volta à pobreza e, em última instância, a ameaça do “marxismo cultural”, expresso pelas pautas identitárias propostas pelos movimentos sociais a favor do feminismo e pró-LGBT+. Esse pacote inseriu no imaginário brasileiro um cenário de desolação moral, crise política e econômica, e criou o momento perfeito para o surgimento de um fator novo que iria mudar “tudo isso que está aí”.

Considerações Finais

A eleição de Bolsonaro está inscrita na história brasileira como um momento de ruptura da política brasileira. Ruptura que se inicia com o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, em 2014. Sua destituição abriu caminho para o crescimento das direitas no país e sua aglutinação em torno da candidatura de Bolsonaro, um político excêntrico e

de discursos polêmicos, que conseguiu mobilizar o sentimento de descrença no tocante às instituições políticas que estava difuso naquele momento, na sociedade brasileira.

O papel do campo religioso, nesse sentido, foi fundamental. Impulsionados pelo discurso evangélico adotado pelo então candidato à presidência, a defesa de uma tradicionalidade e a promessa de restauração da sociedade brasileira, de retorno a um momento passado em que as coisas funcionavam bem, sem corrupção, conseguiu extrapolar o campo religioso e fazer com que muitos segmentos da sociedade brasileira comprassem o discurso de Bolsonaro.

O sucesso de sua candidatura esteve em conseguir operacionalizar o sentimento conservador difuso do brasileiro, que precisava, naquele momento, sentir-se seguro diante do construído cenário de fragilidade da sociedade nacional. E, pela primeira vez, os evangélicos conseguiram concretizar suas aspirações de fazer com que um candidato “terrivelmente evangélico” assumisse a presidência do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. *Evangélicos à direita*. Horiz. Antropol. Porto Alegre, Ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020.
- ALVES, José E. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. *Instituto Humanitas Unisinos* (IHU), 1º nov. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro. Acessado em: 26 mar. 2021.
- ALVES, José E. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, ago. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BRASIL. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. *Diário do Congresso Nacional* - 24/2/1891, Página 523. Coleção de Leis do Brasil - 1891, p. 1, v. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BROWN, Diana. *Uma história da Umbanda no Rio*. In: Umbanda & Política. Instituto de Estudos da Religião. Cadernos do ISER, n. 18. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- CAESAR, Gabriela. PSDB e MDB perdem o maior nº de prefeituras e PT encolhe pela 2ª eleição seguida; DEM e PP são os que mais ganham em 2020. *G1, globo.com*,

16/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/16/psdb-e-mdb-perdem-o-maior-no-de-prefeituras-dem-e-pp-sao-os-que-mais-ganham.ghtml>. Acesso em: 1º jul. 2023.

ESTADO DE MINAS. Manifestantes rejeitam representantes dos partidos políticos. *Estado de Minas*, 18 jun. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/18/interna_politica,407563/manifestantes-rejeitam-representantes-dos-partidos-politicos.shtml. Acesso em: 1º jul. 2023.

EVANGELISTA, Ana Carolina. *Crentes ou não, políticos conservadores se apropriam da religião para avançar*. Entrevista especial com Ana Carolina Evangelista. Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Por: João Vitor Santos. 04 dezembro 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/605266-crentes-ou-nao-politicos-conservadores-se-apropriam-da-religiao-para-avancar-entrevista-especial-com-ana-carolina-evangelista>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 304 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 1993.

GARSCHAGEN, Bruno. O Conservadorismo segundo Roger Scruton - apresentação à edição brasileira. Tradução: Guilherme F. Araújo. In: SCRUTON, Roger. *O que é conservadorismo*. São Paulo: É Realizações, 2015. p. 07-27.

GONÇALVES, Rafael B.; PEDRA, Graciele M. O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política. *Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 69-100, 2017.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LOPES, Guilherme E. G. A Bancada Evangélica e a Eleição de Jair Bolsonaro (2018). In: *2º ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS*. Anais... Cidade: ANPUH-RJ, 2019, s.p.

MACHADO, Leandro; FRANCO, Luiza. Eleições 2018: os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro. *BBC News Brasil*, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>. Acesso em: 26 mar. 2021.

- MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 61-76, jan./fev./mar. 2019.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 2000.
- NOGUEIRA, Léo C. O antipetismo religioso: a demonização dos governos petistas a partir do discurso umbandista. *Escritas*, v. 9, n. 1, 2017.
- PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil – religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PY, Fabio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020.
- PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0202, set./dez. 2021.
- REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na História e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2013.
- RIVEIRA, Carolina; LAGO, Cecília do. Eleições 2020: aumenta em 34% o número de candidatos evangélicos. *Exame*, São Paulo, 11 out. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/>. Acesso em: 1º jul. 2023.
- ROCHA, João C. C. *Guerra cultural e retórica do ódio - crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- SCRUTON, Roger. *O que é conservadorismo*. Tradução Guilherme F. Araújo. São Paulo: É Realizações, 2015.
- SILVA, Wellington T.; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAÚJO, Uriel I. O Marxismo Cultural no Brasil: Origens e Desdobramentos de uma Teoria Conservadora. *Revista Cultura & Religião*, v. XV, n. 1, p. 180-222, 2021.
- SOUZA, Naiana Z. R. Em defesa da moral cristã? Fundamentos e justificativas da bancada evangélica nos projetos de lei antiaborto. *Teoria e Cultura*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 13, n. 2, dez. 2018.
- TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais.

Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF), Rio de Janeiro, v. 6, n.º. 1, p. 86-107, dez. 2015.

TUBAMOTO, Fernanda T. Espíritas criticam apoio do líder Divaldo Franco a Jair Bolsonaro. *Correio Brasiliense*, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2022/08/5033130-espíritas-criticam-apoio-do-lider-divaldo-franco-a-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 1º jul. 2023.